



Embaixada da República de Angola na República Portuguesa

RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

09 de Julho de 2025

Elaborado por: Serviços de Imprensa

Av.ª da República nº68, 1069-213
Lisboa - Portugal
Telf.: (+351) 965902180 / (+351) 217967041
Gab CMD: (+351) 210405189
gab.emb@embangolapt.org



mirex.gov.ao
Ministério das Relações Exteriores

SONA proporciona habitações dignas e melhoria de infra-estruturas sociais.

O Executivo procedeu, terça-feira, em Luanda, ao lançamento oficial do Projecto de Reconversão Urbana de Cidades de Angola, voltado à requalificação urbana dos municípios das 21 províncias do país.

Orçado em 300 milhões de dólares, com financiamento do Banco Mundial, o projecto é operacionalizado, em cinco anos, pelo Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação.

O Executivo pretende, com a iniciativa, assegurar o desenvolvimento harmonioso do território nacional, reforçar a gestão urbana e a melhoria da prestação de serviços do Estado, através de acções concretas de requalificação e reconversão urbana em grandes cidades.

Denominado por “SONA”, o projecto vai, numa primeira fase, ser executado simultaneamente nas províncias de Benguela, Huambo e Huíla com trabalhos que envolvem a reestruturação de espaços urbanos que, com o passar do tempo, perderam qualidade.

Em declarações à imprensa, o coordenador do “SONA”, Henrique dos Santos, informou que o projecto arrancou ontem, com a execução das primeiras acções técnicas no terreno, nomeadamente a selecção das áreas piloto para o início da implementação.

De acordo com o responsável, o programa vai levar soluções habitacionais condignas e infra-estruturais àqueles locais que expandiram de forma espontânea e que, nesse momento, têm população a residir em más condições e com falta de infra-estruturas.

Além de prever este tipo de equipamentos para as referidas zonas, vai também fazer a expansão das cidades para centralidades ou para outras áreas em que se têm desenvolvido soluções habitacionais.

A iniciativa prevê a construção de infra-estruturas nos bairros já existentes, sobretudo em zonas carenciadas, através da auto-construção dirigida.

Com uma duração de cinco anos, o Projecto de Reconversão Urbana de Cidades de Angola vai seleccionar as zonas a serem intervencionadas através de critérios já definidos, explicou.

A reconversão, sublinhou, contempla todas aquelas infra-estruturas que ajudam a componente do uso habitacional, acesso à água, à energia e outros que são tidos em solo urbano.

Informou que, no momento, decorrem, a nível do sector da Habitação e outros, passos que convergem para a garantia da segurança jurídica de todos os terrenos para fins habitacionais, assim como vai, dentro da sua acção, garantir a segurança dos lotes nos quais as pessoas estão a habitar.

Banco Mundial

O representante residente do Banco Mundial em Angola reconheceu os esforços do Governo angolano na implementação desse e de outros programas de melhorias e requalificação virados às zonas urbanas.

À imprensa, Juan Carlos Alvarez avançou que, actualmente, a instituição financeira tem 17 projectos do Governo em carteira.

O gestor acredita que, com a implementação do SONA, serão alcançados bons resultados “e, conjuntamente, ver o impacto positivo na vida dos cidadãos angolanos”.

Juan Carlos Alvarez informou que a escolha das províncias de Benguela, Huíla e Huambo é resultado do trabalho analítico que o Banco Mundial tem feito durante vários anos.

(JA)+++++

Chefe de Estado escreve ao homólogo da Nicarágua.

O embaixador de Angola em Cuba, Carlos Dias, entregou em Havana uma mensagem do Presidente João Lourenço ao homólogo da Nicarágua, Daniel Ortega.

Um comunicado refere que o documento foi entregue num encontro em Havana entre os embaixadores de Angola, Carlos Dias, e a da Nicarágua, Guisell Morales.

Embora o teor da mensagem não tenha sido revelado, é sabido que o Chefe de Estado angolano tem exprimido a sua solidariedade ao povo e Governo da Nicarágua, que celebra em 19 de Julho o 46.º aniversário do triunfo da Revolução Sandinista, ocorrida entre 1979 e 1990 sob a égide da Frente Sandinista da Libertação Nacional.

As partes discutiram a participação de Angola no Festival Gastronómico Festas de Manágua 2025, que ocorrerá em 2 e 3 de Agosto.

As relações diplomáticas com Angola foram estabelecidas em 6 de Setembro de 1979.

Em Maio passado, os dois países assinaram em Manágua, na Nicarágua, três acordos para reforçar os laços de

fraternidade. O texto refere-se aos acordos de isenção mútua de vistos, memorando de entendimento sobre consultas políticas e o acordo geral de colaboração económica, científica, técnica e cultural entre os dois governos.

A Nicarágua, localizada entre o Oceano Pacífico e o Mar do Caribe, é um país da América Central conhecido por suas belas paisagens de lagos, vulcões e praias.

É um dos países mais estáveis e seguros da região, além de ter uma das economias mais relevantes da América Central. (J.A.)+++++

Líder da UNITA desafiado a provar suborno para revisão da Constituição.

O presidente da UNITA, Adalberto Costa Júnior, é desafiado a apresentar provas sobre a alegada tentativa de suborno para que fosse feita uma revisão da Constituição da República com o objectivo de prever um terceiro mandato para o Presidente João Lourenço e de um suposto pagamento feito por Angola para que assumisse a Presidência Pro Tempore da União Africana.

Em comunicado divulgado na sua página oficial, a Presidência da República considera graves e irresponsáveis as declarações proferidas pelo líder do maior partido na oposição.

De modo a esclarecer o assunto, refere-se no documento que, sobre a Revisão da Constituição, “não corresponde à verdade que o Presidente da República tenha mandatado qualquer cidadão para abordar o Presidente da UNITA com vista à revisão da Constituição, para se prever um terceiro mandato”.

A Presidência da República acrescenta que “como é do conhecimento público, a Constituição da República de Angola

foi revista em 2021, por iniciativa do Executivo, numa altura em que o partido maioritário detinha uma maioria qualificada, que lhe permitia aprovar a revisão constitucional sozinho”, adiantando que ainda assim, “nunca essa questão fora colocada”.

Caso o Presidente da República tivesse tal pretensão, lê-se, ainda, no documento, “teria, seguramente, apresentado uma proposta concreta junto da Assembleia Nacional, único órgão competente para o efeito”, assegurando, portanto, que “tal afirmação é falsa”.

“Tendo em conta a gravidade das declarações e a necessidade de defesa intransigente do bom nome das instituições democráticas do país”, refere o mesmo documento, “o autor das declarações é desafiado a dizer publicamente quem foi o mandatário do Presidente da República que o tentou subornar para se alterar a Constituição da República de Angola, para que preveja a possibilidade de um terceiro mandato, sob pena de serem accionados os competentes mecanismos constitucionais e legais de responsabilização civil e criminal”.

Presidência da União Africana

Sobre as declarações de um alegado pagamento para que Angola assumisse a liderança da organização continental, o documento esclarece que “a presidência da União Africana obedece a um sistema de rotatividade regional”, pelo que, “no quadro do processo de rotatividade, competia à região da SADC apresentar o seu candidato”.

Quanto à candidatura de Angola, lê-se no documento, “foi aprovada por unanimidade através da decisão 28 da 43.^a Sessão Ordinária da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC, realizada no dia 17 de Agosto de 2023”.

A Presidência da República recorda, ainda, que, neste quadro, Angola assumiu durante o ano de 2024 a primeira Vice-Presidência da União Africana.

“Insinuar que o nosso país tenha pagado para assumir tão importante e dignificante posição no quadro da União Africana é não só irresponsável, como anti-patriótico, porquanto, mancha a imagem e o bom-nome de Angola e descredibiliza a União Africana”, acentua a Presidência da República.

“O autor das declarações é publicamente convidado a dizer quem pagou, quanto pagou e a quem se pagou, para que Angola assumisse a Presidência da União Africana”, acrescenta, sublinhando que “só um não-patriota não se sente orgulhoso de ver o seu país ocupar um lugar de grande relevância, destaque e prestígio a nível do nosso continente”.

A Presidência da República finaliza sublinhando que “tais afirmações não nos surpreendem se considerarmos o histórico do seu autor”.

Sustenta, a título de exemplo, “as declarações irresponsáveis, até hoje não provadas, segundo as quais foi construído um túnel que liga o edifício sede da Comissão Nacional Eleitoral ao Palácio Presidencial para facilitar a fraude eleitoral”, assegurando que “continua oportuno e a ser exigido ao seu autor que prove a sua existência, sendo encorajado que se acompanhe da comunicação social para com ele percorrer o referido túnel”. (J.A.)++++

José Eduardo dos Santos morreu há três anos.

A sociedade angolana assinalou, ontem, 8 de Julho, três anos desde a morte do ex-Presidente da República, José Eduardo dos Santos, vítima de doença, em Barcelona, Espanha, aos 79 anos.

O ex-Chefe de Estado dirigiu os destinos de Angola durante 37 anos e deixou um legado de paz, tendo assumido os destinos do país no despontar da nação, na sequência da morte prematura, uma semana antes de fazer 57 anos, do Presidente António Agostinho Neto, em Moscovo, Rússia, a 10 de Setembro de 1979.

José Eduardo dos Santos recebeu muitos prémios internacionais pela sua luta contra o colonialismo e em prol da promoção de negociações de paz para acabar com a guerra em Angola. Foi elogiado por melhorar a economia do país e atrair investimento estrangeiro significativo.

Para o especialista em política internacional Osvaldo Mboco, o mandato de José Eduardo dos Santos foi prolongado, mas ficou bastante condicionado por causa do conflito armado.

“O Presidente Eduardo dos Santos chega ao poder num contexto interno difícil, com um país em guerra, mas também num contexto internacional complexo, atendendo o quadro da Guerra Fria, bipolaridade e as alianças que tínhamos na altura”, afirmou, em declarações à RNA, destacando que o ex-Chefe de Estado angolano criou os alicerces para o início do processo de reconciliação nacional e também para a reconstrução do país.

O analista político Paquissi Mendonça considera que José Eduardo dos Santos e o seu legado devem sempre ser recordados.

“Vou mandar uma mensagem a toda a juventude ou a todos os angolanos para nunca nos esquecermos do legado daquele que foi um engenheiro e conduziu os destinos de Angola. Um dos grandes legados deixados pelo Presidente José

Eduardo dos Santos aos angolanos é exactamente a paz”, referiu. (JA)++++

Reforçada a parceria estratégica com a União Europeia.

A União Europeia (UE) reforçou, terça-feira, o compromisso numa parceria sólida e mutuamente vantajosa com Angola, com impacto directo nas políticas públicas e na vida das populações.

A intenção ficou expressa nas declarações da embaixadora Rosário Bento Pais, proferidas no âmbito da assinatura dos acordos de implementação do programa Diálogos União Europeia – Angola, que visa promover o desenvolvimento sustentável e reforçar a eficácia do diálogo político nas áreas territoriais de interesse comum.

O programa de Diálogos da União Europeia-Angola, esclareceu Rosário Bento Pais, apoia pequenos projectos que têm o potencial de estruturar e intensificar as relações bilaterais para o nível de organizações intermédias e procurar complementar o diálogo político entre os dois países, oferecendo uma expressão concreta.

Rosário Bento Pais informou, ainda, que se inserem no programa os projectos de paz e segurança, crescimento económico e desenvolvimento sustentável, energia, ciência e tecnologia, boa governação e direitos humanos, sustentabilidade ambiental e mudanças climáticas, sistema de transportes e formação e educação.

A embaixadora esclareceu que cinco das acções aprovadas estão ligadas ao desenvolvimento do Corredor do Lobito, através de parcerias com Governos Provinciais e Administrações Locais, salientando que estas iniciativas reforçam o

fortalecimento da cooperação institucional e a promoção do desenvolvimento económico e social nas províncias abrangidas.

Além disso, realçou que cada acção de diálogo do projecto é liderada por duas instituições, angolana e europeia, referindo que, nos últimos quatro anos, foram lançadas várias acções no quadro de gestão das finanças públicas de Angola, com diagnósticos sobre a gestão no país, sector da Justiça e do Estado de Direito.

O orçamento da 4.^a proposta foi de 467 mil euros, explicou a embaixadora, adiantando que, por vezes, o montante é diferente por serem parcerias entre instituições estatais, locais e do Governo Central ou provincial com outras instituições dos países e Estados-Membros, por haver uma parceria de intercâmbio e de diálogo para aprofundar as necessidades que há de aprendizagem e de capacitação.

Os desafios, salientou, é com o comprometimento de todas as autoridades naqueles que são os objectivos do contrato assinado e no que se propuseram as partes do acordo político assinado em 2012, entre a instituição e o país, em plena coerência com o Programa Educativo Futuro e Anual da União Europeia e os instrumentos de planeamento do Governo de Angola, como a Estratégia Angola 2050 e o Plano de Desenvolvimento Nacional 2027.

“Temos um apoio bilateral de 403 milhões de euros, da doação dos anos de 2021 a 2027, mas temos vários apoios de outros projectos a nível regional e global de que Angola faz parte, visto que o Corredor do Lobito já é uma realidade e a maior parte dos fundos regionais têm a ver com este projecto”, esclareceu Rosário Bento Pais, durante o evento testemunhado pelo director nacional de Cooperação Internacional

para o Desenvolvimento do Ministério do Planeamento, Gil Henriques, em representação do ministro Victor Hugo Guilherme.

Nove acções para reforço institucional

No quadro do Programa Diálogos União Europeia - Angola, foram colocadas em marcha nove Acções de Cooperação entre instituições angolanas e europeias, com o objectivo de fortalecer o tecido institucional do país, promover o intercâmbio de boas práticas e alinhar políticas públicas com padrões internacionais.

Estas iniciativas incidem sobre sectores-chave para o desenvolvimento sustentável, como a concorrência económica, regulação energética, exportações, apoio social, ciência e tecnologia, ambiente e governação local. (JA)++++

Ministra de Estado quer reforço de investimentos na medicina.

A ministra de Estado para a Área Social, Maria do Rosário Bragança, defendeu, terça-feira, em Luanda, a necessidade do reforço da parceria estrangeira na captação de financiamento, no âmbito da medicina em Angola.

A responsável, que falava durante a Reunião Científica Internacional, considerou importante fazer-se um melhor aproveitamento das instituições líderes do conhecimento mundial, incluindo as plataformas de cooperação bilateral, multilateral, regionais e internacionais de interacção em rede, como exemplo na integração do país nas várias áreas de conhecimento.

Maria do Rosário Bragança informou que a assinatura de acordos de cooperação científica e tecnológica entre o Executivo e os vários países tem permitido às instituições

angolanas estabelecerem acordos específicos com as suas congéneres estrangeiras para a troca de conhecimentos, mobilidade de investigadores científicos, incluindo a capacitação de recursos humanos em projectos de investigação e desenvolvimento.

“Concretamente, para o nosso país, o desenvolvimento da investigação biomédica constitui um dos desideratos do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2023-2027, para o avanço da qualidade dos cuidados e promoção da Saúde e prevenção de doenças”, disse.

A expansão da rede de laboratórios, formação e o recrutamento de investigadores científicos, assim como o aumento do financiamento de projectos de investigação científica, acrescentou a ministra de Estado, visa contribuir para o acréscimo da produtividade instrutiva e o estabelecimento de parcerias com unidades de investigação estrangeiras de renome internacional.

Por sua vez, o ministro do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI), Albano Lopes Ferreira, afirmou que a conferência é mais do que uma partilha de conhecimento, um apelo colectivo à acção, colaboração, mobilização de talentos e recursos para dar respostas com urgência e eficácia aos desafios de saúde no país.

“Estamos a investir na criação de redes de investigação e formação avançada de quadros”. (JA)++++

Rejeitada a inscrição do Partido Republicano.

O Tribunal Constitucional rejeitou a inscrição do projecto político denominado Partido Patriota Republicano, com a sigla PPR, e, em consequência, cancelou o credenciamento da respectiva Comissão Instaladora.

De acordo com um Despacho do Tribunal Constitucional, rubricado pela presidente Laurinda Cardoso, e publicado na edição de ontem do Jornal de Angola, são flagrantes as evidências de manipulação e a comprovação de falsificação de documentos que estiveram na base da rejeição da inscrição do referido partido.

No documento, refere-se, ainda, que, considerando os factos do processo serem susceptíveis de integrar o crime de falsificação de documentos, previsto e punido ao abrigo do Código Penal, é lavrada a Certidão, dando conhecimento ao Ministério Público para a promoção da competente acção criminal face às provas de falsificação de documentos.

O Despacho conta que no dia 7 de Fevereiro de 2025, o coordenador da comissão instaladora do partido político em formação apresentou ao Tribunal Constitucional o requerimento de pedido de inscrição, acompanhado, alegadamente, dos documentos legalmente exigíveis, ao abrigo da Lei dos Partidos Políticos (LPP).

No decurso da apreciação técnico-jurídica, para aferir a conformidade legal dos documentos que instruíram o pedido de inscrição do partido em formação, surgiram fundados receios em relação à autenticidade e à eventual concepção por meios fraudulentos de muita documentação juntada. (JA)++++

Aprovado Regulamento sobre Atribuição de Medalha dos 50 Anos da Independência.

O Chefe de Estado, João Lourenço, aprovou, esta terça-feira, mediante Decreto Presidencial, o Regulamento sobre o processo de atribuição e outorga da medalha comemorativa alusiva aos 50 anos da Independência

Nacional, do qual se destacam as questões ligas à participação nas cerimónias.

"Deste modo, participam nas cerimónias os condecorados ou representantes por si designados. Tratando-se de condecoração a título póstumo, cabe aos familiares designarem o representante", refere um comunicado de imprensa da Secretaria de Imprensa do Presente da República.

A nota esclarece que os condecorados, ou os respectivos familiares, em caso de condecoração a título póstumo, que não se possam fazer presentes às cerimónias devem, nos 15 dias subsequentes à sua realização, proceder ao levantamento da medalha e do respectivo diploma junto dos serviços competentes da Secretaria Geral do Presidente da República.

"O não levantamento no prazo de 15 dias é considerado como recusa da condecoração e implica a perda do direito, podendo a medalha ser outorgada a outro cidadão", sublinha o documento.

Por outro lado, quanto às candidaturas, recorda-se que estas são exclusivamente institucionais, devendo ser apresentadas à Comissão Interministerial para a Organização das Acções Comemorativas Alusivas ao 50.º Aniversário da Independência Nacional por instituições, públicas ou privadas, a que o candidato esteja ou já esteve vinculado ou do respectivo sector de actividade.

As candidaturas individuais são apresentadas junto das instituições a que os candidatos pertençam ou tenham pertencido, cabendo a estas, após validação, remeter à Comissão Interministerial.

"A apreciação e validação final das candidaturas é feita por uma Comissão ad hoc, que as remete, após verificação dos

critérios, à consideração do Presidente da República", pode ler-se.

Por fim, o comunicado informa, também, que para o levantamento das medalhas, os condecorados devem contactar a Comissão Interministerial através dos terminais telefónicos 976 102 326 e 976 102 324. (J.A.)++++

Condecorados têm até 15 dias para levantar as medalhas.

As personalidades condecoradas ausentes às cerimónias alusivas aos 50 anos da Independência Nacional têm até 15 dias para fazer o levantamento da medalha e do respectivo diploma, sob pena de perderem o direito, estabelece o Decreto Presidencial que aprovou o Regulamento sobre o processo de atribuição e outorga da medalha comemorativa alusiva aos 50 anos da Independência Nacional.

“Os condecorados, ou os respectivos familiares, em caso de condecoração a título póstumo, que não se possam fazer presentes às cerimónias devem, nos 15 dias subsequentes à sua realização, proceder ao levantamento da medalha e do respectivo diploma junto dos serviços competentes da Secretaria Geral do Presidente da República”, lê-se num comunicado dos Órgãos de Apoio ao Presidente da República distribuído ontem e que se refere ao regulamento.

“O não levantamento no prazo de 15 dias é considerado como recusa da condecoração e implica a perda do direito, podendo a medalha ser outorgada a outro cidadão”, acrescenta o documento.

Quanto às candidaturas, esclarece que estas são exclusivamente institucionais, devendo ser apresentadas à Comissão Interministerial para a Organização das Acções

Comemorativas Alusivas ao 50.º Aniversário da Independência Nacional por instituições, públicas ou privadas, a que o candidato esteja ou já esteve vinculado ou do respectivo sector de actividade.

As candidaturas individuais são apresentadas junto das instituições a que os candidatos pertençam ou tenham pertencido, cabendo a estas, após validação, remeter à Comissão Interministerial. A apreciação e validação final das candidaturas é feita por uma Comissão ad hoc, que as remete, após verificação dos critérios, à consideração do Presidente da República.

Os Órgão de Apoio ao Presidente da República informam, igualmente, que para o levantamento das medalhas, os condecorados devem contactar a Comissão Interministerial através dos terminais telefónicos 976 102 326 e 976 102 324.

Saliente-se que participam nas cerimónias os condecorados ou representantes por si designados. Tratando-se de condecoração a título póstumo, cabe aos familiares designarem o representante. (J.A.)++++

Nova embaixadora do México em Angola entrega Cartas Figuradas.

O secretário de Estado para a Administração, Finanças e Património do Ministério das Relações Exteriores, Osvaldo Varela, recebeu, hoje, em Luanda, as Cartas Figuradas da nova embaixadora do México em Angola, Sara Bolaño, com o estatuto de não-residente.

O acto de entrega e recepção deste importante instrumento jurídico-protocolar decorreu numa das salas de reuniões do edifício-sede da diplomacia angolana, onde as duas entidades também debruçaram-se sobre o aprofundamento das

relações bilaterais entre Angola e o México, revela um comunicado de imprensa do MIREX.

Ao tomar a palavra, a diplomata mexicana destacou a importância simbólica do ano de 2025, por assinalar simultaneamente o 50.º aniversário da Independência Nacional de Angola e os cinquenta anos do estabelecimento das relações político-diplomáticas entre os dois países.

Nesta perspectiva, manifestou a intenção do Governo mexicano em intensificar a cooperação económica com Angola nos diferentes domínios estratégicos para o desenvolvimento de ambas as nações.

A embaixadora destacou igualmente as afinidades entre Angola e o México no que concerne ao compromisso com a melhoria das condições de vida das respectivas populações, tendo identificado áreas prioritárias para o incremento do intercâmbio de experiências, designadamente nos domínios da energia e água, segurança e agricultura.

Com residência oficial em Pretória, África do Sul, Sua Excelência Sara Valdés Bolaño exerce actualmente as funções de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária do México naquele país africano, sendo igualmente Embaixadora com o estatuto de não-residente, nos Reinos do Lesoto e de Esuatíni, bem como nas Repúblicas do Botswana, Madagáscar, Moçambique, Namíbia e Zimbabué. (JA)++++

Angola pretende assegurar direito igualitário à informação para pessoas com deficiência.

Angola assinou, esta terça-feira, o Tratado de Marraquexe e assumiu a pretensão de trabalhar para que as pessoas com deficiência tenham acesso igualitário à

informação e à cultura por meio de obras em formatos acessíveis.

Segundo uma nota, enviada ao JA Online, a decisão foi anunciada pela secretária de Estado para a Ciência, Tecnologia e Inovação, Alice de Ceita e Almeida, durante a intervenção no debate geral da 66.^a série de reuniões das assembleias dos Estados membros da OMPI que decorre, desde segunda-feira, em Genebra, Suíça.

O país assumiu, ainda, o compromisso de aderir ao Tratado sobre Propriedade Intelectual (PI), Recursos Genéticos e Conhecimento Tradicional Associado.

De acordo com a chefe da delegação multisectorial angolana no evento, Angola é parte da Convenção de Paris, do Tratado de Cooperação de Patentes (PCT), as Convenções de Berna e Roma, e já implementou o sistema de automação da propriedade industrial (IPAS), tendo lançado, em 2024, o Projecto de PI para Inovação Juvenil.

“Angola já deu início às actividades no âmbito do pacote de apoio ao processo de graduação disponibilizado pela OMPI aos Países Menos Desenvolvidos e tem desencadeado acções que visam a diversificação económica, a garantia dos Direitos de PI, envolvendo diferentes sectores, com actividades de consciencialização”, afirmou a secretária de Estado.

Por outro lado, reiterou o papel vital da Propriedade Intelectual (PI) na ligação entre as instituições produtoras de conhecimento, o sector produtivo e o Governo, considerado peça fundamental que contribui para o desenvolvimento socioeconómico.

Explicou, ainda, que Angola está a analisar a possibilidade de beneficiar do curso para diplomatas e funcionários do sector comercial da OMPI e a trabalhar arduamente para

aderir ao Protocolo de Madrid relativo à protecção de marcas.

(J.A.)+++++

Parlamento aprova movimentação de deputados.

O Parlamento aprovou, esta terça-feira, a suspensão temporária dos mandatos dos deputados Vicente José da Costa Pinto de Andrade e Emiliana Nhengo, ambos do MPLA, por motivos de saúde, mediante parecer conjunto das comissões especializadas competentes.

Vicente Pinto de Andrade, eleito pelo círculo nacional, e Emiliana Nhengo, eleita por Cabinda, cessam temporariamente as suas funções, nos termos do Estatuto do Deputado e da Constituição da República, mantendo os direitos, regalias e tempo de serviço, conforme previsto na legislação vigente.

As vagas deixadas pelos dois parlamentares são preenchidas por suplentes do mesmo partido e círculos eleitorais. Assim, Luzia Pereira de Sousa Inglês Van-Dúnem, número 87 da lista nacional do MPLA, substitui Vicente Andrade e passa a integrar a 5.ª Comissão (Economia e Finanças), além do Grupo Nacional de Acompanhamento aos Parlamntos da União Europeia.

Por outro lado, José Artur do Carmo Manuel, terceiro da lista de suplentes por Cabinda, substitui Emiliana Nhengo e assume funções na 3.ª Comissão (Relações Exteriores, Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas no Estrangeiro) e no grupo de acompanhamento aos parlamentos do Oriente, refere uma publicação Parlamento no Facebook.

(J.A.)+++++

Órgãos de Apoio ao Presidente da República desmentem afirmações de Adalberto Costa Júnior.

Os Órgãos de Apoio ao Presidente da República consideraram, esta terça-feira, "falsas" as afirmações proferidas pelo Presidente da UNITA, Adalberto Costa Júnior, que insinuem ter sido contactado por “mandatários” ou “emissários” do o Chefe de Estado, que o tentaram subornar para que fosse feita uma revisão da Constituição, com o objectivo de prever um terceiro mandato para o Presidente da República.

De acordo com uma nota da secretária de imprensa do Presidente da República, nas suas declarações, o líder da UNITA insinua, ainda, que a assunção por Angola da Presidência da União Africana foi resultado de algum pagamento que o Estado angolano terá feito, sem indicar o destinatário. No documento, os Órgãos de Apoio ao Chefe de Estado desafiam-no a dizer publicamente os referidos nomes dos mandatários e destinatário.

Eis o comunicado de imprensa na íntegra:

Os Órgãos de Apoio ao Presidente da República tomaram conhecimento de declarações proferidas pelo Sr. Adalberto Costa Júnior, Presidente da UNITA, que insinuem ter sido contactado por “mandatários” ou “emissários” do Presidente da República, que o tentaram subornar para que fosse feita uma revisão da Constituição da República de Angola, com o objectivo de prever um terceiro mandato para o Presidente da República. Nas suas declarações, insinua ainda que a assunção por Angola da Presidência da União Africana foi resultado de algum pagamento que o Estado angolano terá feito, sem indicar o destinatário.

Face à gravidade e o nível de irresponsabilidade das declarações, impõe-se o seguinte pronunciamento público:

Sobre a Revisão da Constituição:

Não corresponde à verdade que o Presidente da República tenha mandatado qualquer cidadão para abordar o Presidente da UNITA com vista à revisão da Constituição para se prever um terceiro mandato;

Aliás, como é do conhecimento público, a Constituição da República de Angola foi revista em 2021, por iniciativa do Executivo, numa altura em que o partido maioritário detinha uma maioria qualificada que lhe permitia aprovar a revisão constitucional sozinho, e nunca essa questão fora colocada;

Caso o Presidente da República tivesse tal pretensão, seguramente, teria apresentado uma proposta concreta junto da Assembleia Nacional, único órgão competente para o efeito; Portanto, tal afirmação é falsa;

Tendo em conta a sua gravidade e a necessidade de defesa intransigente do bom nome das instituições democráticas do País, o autor das declarações é desafiado a dizer publicamente quem foi o mandatário do Presidente da República que o tentou subornar para se alterar a Constituição da República de Angola para que preveja a possibilidade de um terceiro mandato, sob pena de serem accionados os competentes mecanismos constitucionais e legais de responsabilização civil e criminal.

Sobre a Presidência da União Africana:

A presidência da União Africana obedece a um sistema de rotatividade regional;

No quadro do processo de rotatividade, competia à região SADC apresentar o seu candidato à Presidência da União Africana;

A candidatura de Angola foi aprovada POR UNANIMIDADE através da decisão 28 da 43.^a Sessão Ordinária da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC, realizada no dia 17 de Agosto de 2023;

Recorde-se que, neste quadro, Angola assumiu durante ano de 2024 a Primeira Vice-Presidência da União Africana;

Insinuar que o nosso País tenha pagado para assumir tão importante e dignificante posição no quadro da União Africana é, não só irresponsável, como anti-patriótico, porquanto mancha a imagem e o bom nome de Angola e descredibiliza a União Africana;

O autor das declarações é publicamente convidado a dizer quem pagou, quanto pagou e a quem se pagou para que Angola assumisse a Presidência da União Africana;

Só um não patriota não se sente orgulhoso de ver o seu País ocupar um lugar de grande relevância, destaque e prestígio ao nível do nosso continente.

Contudo, lamentavelmente, tais afirmações não nos surpreendem se considerarmos o histórico do seu autor. Estaremos todos lembrados, por exemplo, das declarações irresponsáveis, até hoje não provadas, segundo as quais foi construído um túnel que liga o edifício sede da Comissão Nacional Eleitoral ao Palácio Presidencial para facilitar a fraude eleitoral. Continua oportuno e a ser exigido ao seu autor que prove a sua existência, sendo encorajado que se acompanhe da comunicação social para com ele percorrer o referido túnel. (J.A.)++++

Lei sobre Codificação das Unidades Territoriais aprovada na especialidade.

A Assembleia Nacional aprovou, hoje, na especialidade, o preâmbulo e alguns capítulos da proposta de Lei sobre a Codificação das Unidades Territoriais, soube o JA Online.

O diploma vai harmonizar a legislação vigente com a nova Lei da Divisão Político-Administrativa, aprovada em 2024, e com a Lei de Bases da Organização Administrativa do Território.

Durante a sessão, os deputados apresentaram várias propostas, como a inclusão de um artigo que defina o conceito de codificação e a sua relevância.

O ministro da Administração do Território, Dionísio da Fonseca, afirmou que a proposta responde a “inconformidades e inconsistências” resultantes da sequência de aprovação de leis em 2016.

“Estamos a corrigir a designação das unidades territoriais, que passaram a ser províncias, municípios e comunas, deixando de ser apenas circunscrições”, explicou.

Sublinhou, igualmente, que o diploma pretende, também, uniformizar e actualizar os códigos territoriais, conforme os novos limites aprovados.

“O objectivo é assegurar uma codificação coerente, actualizada e respeitadora dos usos e costumes nacionais”, acrescentou.

Dionísio da Fonseca esclareceu, ainda, que a codificação será composta por abreviaturas fáceis de identificar. Por exemplo, Benguela terá o código “BLA”, resultado da primeira e últimas letras do nome.

Os códigos constam do anexo à proposta de lei, concluiu. (JA)++++

Fundo de Garantia de Crédito apoia sector Produtivo no Cuanza-Norte.

Um total de 59 projectos, ligados ao sector Produtivo a nível da província do Cuanza-Norte, beneficiou de 20 mil milhões de kwanzas da banca comercial, com a operacionalização dos programas do Fundo de Garantia de Crédito (FGC).

Para avaliar os projectos agro-industriais, financiados com garantias públicas, uma delegação do FGC, encabeçada pelo presidente do Conselho de Administração (PCA) da instituição, Luzayadio Simba, visitou a província do Cuanza-Norte segunda e terça-feira.

No encontro com o governador local, João Diogo Gaspar, o gestor do FGC apresentou detalhadamente as acções realizadas, com destaque para as garantias públicas operacionalizadas pela instituição, que facilitaram a cedência de 20 mil milhões de kwanzas pela banca comercial.

Estes indicadores, disse, estão ainda aquém das potencialidades que a região dispõe, tendo prometido acções com vista a aumentar o número de projectos financiados.

Entre os sectores das actividades que a FGC apoiou, destaca-se o da Agricultura, com 36 projectos, seguido o da Indústria Transformadora (10), Pecuária (9) e serviços de apoio ao sector Produtivo (3).

O Banco de Fomento Angola lidera com 18 projectos financiados com garantias do FGC, seguido do Banco BIC (9), BCGA (4), BMA (4), BAI e Banco Sol, ambos com três projectos cada, e o BCP e o BIR com um projecto financiado cada.

As micro empresas destacam-se dos projectos garantidos com 24, seguindo as médias (23) e pequenas (12).

Entre os municípios da província do Cuanza-Norte que se destacam nos projectos garantidos e financiados está a do Lucala com 16, seguido por Cazengo (10) e Cambambe (7).

Microcrédito

O responsável sublinhou a necessidade de se apostar no segmento do microcrédito, um mecanismo que pode ajudar a alavancar a actividade económica na província do Cuanza-Norte.

Neste particular, o FGC está desde 2024 a apostar na facilitação de iniciativas do género, tendo, até ao momento, abrangido 90 famílias com microcréditos, num financiamento global de 47 milhões de kwanzas.

Reforço do agro-negócio

Durante a jornada de campo, a delegação do FGC visitou a Fazenda Agro-pecuária Lucalagro, do grupo empresarial WM, localizada no município de Lucala, que beneficiou de um financiamento bancário, no quadro do extinto Programa Angola Investe, com uma cobertura de risco de 70 por cento do FGC.

No mesmo município, a delegação do Fundo de Garantia de Crédito visitou a Fazenda Vida Verde, que está a apostar na produção de girassol em grande escala.

A iniciativa empresarial beneficiou de um financiamento do Banco BIC, com uma cobertura de risco do FGC de 75 por cento, ao abrigo do Aviso 10/22, do Banco Nacional de Angola.

O FGC é uma instituição do Executivo cuja vocação principal é transmitir segurança aos credores.

Grupo pretende aumentar área de cultivo na próxima época.

A partir do mês de Outubro, início da época agrícola 2025/2026, as unidades de produção agro-pecuária Lucalagro e Vida Verde, fazendas do grupo empresarial WM, localizadas no município de Lucala, no Cuanza-Norte, projectam ampliar a área de cultivo para 2.000 hectares.

Em declarações à imprensa, depois da visita de constatação de uma delegação do Fundo de Garantia de Crédito (FGC) às duas unidades de produção, o director-geral do grupo, Andrius Antonio My, disse que os indicadores são positivos, com um registo de excedente.

Na Fazenda Lucalagro, por exemplo, com uma extensão total de 1.450 hectares, produz-se milho e soja em grande escala. Actualmente, a unidade está a colher soja e milho numa área de 400 hectares de regadio.

“Este ano foi um ano bom. No milho, estamos a colher 10 toneladas por hectare, e na soja a previsão é que baixe um pouco nesta época”, disse o responsável.

No domínio pecuário, a fazenda conta com um efectivo bovino de 1.200 cabeças, além de aves.

A fazenda conta com uma unidade industrial para a produção de ração animal (ave e gado), com o produto “KN”, com o selo “Feito em Angola”, com capacidade instalada de 600 toneladas por mês.

Com a garantia pública do FGC, a fazenda conseguiu investimento para o apetrechamento em infra-estruturas na fábrica, regadio e no domínio da electricidade.

Actualmente, as unidades de produção estão a braços com a limitação de secagem, devido ao espaço exíguo e pelos números alcançados na colheita de milho.

Mais crédito

Com escassez de armazéns, a unidade produtiva pensa em angariar novos financiamentos para investir em infra-estruturas. A empresa emprega 250 trabalhadores, com previsão de no próximo ano atingir os 350, em função dos novos projectos em carteira.

Aposta

Na Fazenda Vida Verde, depois de bons indicadores na colheita de milho e soja, numa área de 600 hectares, de Setembro de 2024 a Março deste ano a unidade produziu milho em 350 hectares, tendo colhido cinco toneladas por hectare.

No perímetro irrigado, numa área de 300 hectares, o grupo empresarial está a produzir girassol. (J.A.)++++

TAAG anuncia nova rota Luanda-Nairóbi a partir de Setembro.

A companhia de bandeira nacional, TAAG anunciou, esta terça-feira, uma nova rota de Luanda-Nairóbi, cuja operação comercial de passageiros terá início no dia 1 de Setembro deste ano, com três frequências semanais.

Em comunicado de imprensa, a TAAG justifica que a cidade de Nairóbi é amplamente reconhecida como um importante "hub" regional e ponto de referência para o trânsito entre as diferentes regiões de África, Ásia e Europa, sendo o Quénia, uma das economias mais dinâmicas do continente africano.

"A conexão de Angola com a África Oriental, através de Nairóbi, marca um avanço significativo na expansão da rede internacional da TAAG, agregando vantagens de mobilidade para e competitivas nas opções passageiros, promoção de

negócios bilaterais, relações diplomáticas, entre outras valências", acrescenta a nota. (JA)++++

Hospital Central do Lubango conta com novos serviços a partir de hoje.

O Hospital Central do Lubango, na província da Huíla, conta, desde esta terça-feira, com novos serviços para áreas de oncologia e hemodiálise.

Em declarações à imprensa, a ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, com a entrada em funcionamento destes serviços de saúde vai reduzir o número de doentes que buscam tratamento na vizinha da Namíbia.

Sílvia Lutucuta frisou que o Hospital Central do Lubango tem quadros suficientes e capacitados para dar resposta ao sector.

Na ocasião, lembrou que foram admitidos novos profissionais de saúde e a unidade sanitária é de referência para formação e investigação científica.

Neste momento, disse a ministra, mais de 130 médicos estão a especializar-se e outros profissionais participam no Programa de Especialização de Enfermagem que decorre no hospital.

De acordo com a responsável do sector da Saúde, foram criados serviços para atendimento de média e alta complexidade no Hospital Central do Lubango.

Durante a sua estada no Lubango, a ministra visitou, igualmente, as obras de construção do Hospital Materno Infantil da Huíla, com capacidade para 200 camas, que vai prestar serviços de neonatologia, cirurgia, salas de parto, imagiologia entre outros. (JA)++++

Detido técnico da AGT envolvido em processo de reembolso indevido do IVA.

O Serviço de Investigação Criminal (SIC) deteve, na última segunda-feira, mais um técnico da Administração Geral Tributária (AGT), afecto à Direcção de Serviços Fiscais, envolvido no processo de reembolso indevido do IVA e outras fraudes.

Segundo uma nota, consultada pelo JA Online, o cidadão, de 49 anos, é suspeito dos crimes de acesso ilegítimo a sistema de informação, devassa através de sistema de informação, falsidade informática, associação criminosa, peculato e branqueamento de capitais, com indícios fortes da participação directa num esquema de pagamentos indevidos por compensação, sustentado no acesso fraudulento ao sistema informático da AGT, que permitiu o processamento irregular de múltiplos impostos.

A detenção, no Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, foi realizada em cumprimento de um mandado emitido pelo Ministério Público, no quadro da investigação em curso da Operação “Tributo do Jacaré”, relacionada com o conhecido processo da AGT, que investiga um esquema fraudulento de reembolsos indevidos do IVA.

O acusado será presente ao Ministério Público para os trâmites subsequentes, enquanto outras diligências investigativas prosseguem para esclarecer os factos e a responsabilização de todos os envolvidos neste complexo processo criminal, refere o documento. (J.A.)++++

INACOM considera "falsas" informações sobre aumento dos preços dos serviços de telecomunicações.

O Instituto Angolano das Comunicações (INACOM) desmentiu, esta terça-feira, informações postas a circular nas redes sociais sobre um suposto aumento dos preços dos serviços de telecomunicações electrónicas, considerando-as como "falsas e descontextualizadas".

"No presente ano, não foi autorizado qualquer aumento dos preços dos serviços de comunicações em Angola; As informações postas a circular sobre a "provável" subida dos preços dos serviços de comunicações, não correspondem à verdade", esclarece o INACOM, em comunicado de imprensa.

A nota refere, ainda, que os conteúdos partilhados fazem uso indevido de recortes de jornal publicados no ano de 2024, com o intuito de induzir em erro a opinião pública, fazendo crer que houve um novo ajuste de preços em 2025.

As informações a respeito, postas a circular, têm como único objectivo e propósito desinformar, manipular a população, e criar instabilidade na percepção pública sobre a Gestão do Sector das Comunicações.

"Neste sentido, e com o objectivo de tranquilizar a população em geral, o INACOM reafirma que, até à presente data, não autorizou qualquer aumento de preços dos serviços de comunicações no corrente ano, e informa que continuará a acompanhar de forma rigorosa a evolução do mercado, e a defesa dos interesses dos consumidores, em estrita observância do interesse público, da transparência e da legalidade", acrescenta o documento.

No comunicado, o INACOM apela aos cidadãos para que consultem apenas fontes oficiais e evitem partilhar

informações não verificadas que possam comprometer a confiança do público nos serviços de comunicações. (J.A.)++++

Serviços de Comunicação Institucional e Imprensa da Embaixada da República de Angola na República Portuguesa, 09 de Julho de 2025.